

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: RO

Data: 19.08.84

Pg.: _____

190 Pesquisa culpa desemprego por invasão de terras indígenas

Porto Velho — O desemprego no Sul do país, a migração desenfreada e a grilagem de terras são os maiores responsáveis pela invasão de áreas indígenas em Rondônia. A conclusão é da antropóloga Betty Mindlin, coordenadora da equipe de avaliação do Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil — Polonoeste — junto à Fundação nos últimos dois meses.

Os recursos previstos para o período 81/85 eram de 26,6 milhões de dólares, só para preservação indígena, todavia, a Funai aplicou somente Cr\$ 4 bilhões, "muito pouco em relação aos 5 milhões de dólares que deveriam ser gastos anualmente". Segundo Betty Mindlin, construiu-se mais enfermarias, escolas e sedes, quando a demarcação era essencial.

Reservas e áreas interditadas por decreto presidencial, foram ocupadas por posseiros e grileiros; denunciaram na última semana, em Porto Velho, os índios Pichuvi (cinta-larga), Idiaraga (suruí) e Sebiró (gavião). Se os invasores não forem retirados logo, novos conflitos serão inevitáveis.

Limites desrespeitados

Além da demarcação do território nambiquara, no vale do Guaporé — entre Mato Grosso e Rondônia — nenhum outro recebeu esse benefício, à exceção do P.I. Rio Branco, no município de Costa Marques, onde vivem os Tuparis, macurap, canoés e aruás, num total de 240 mil ha. É urgente a demarcação das terras uru-eu-au-au (onde há pessoas com títulos definitivos de posse); caripuna, zoró, cinta-larga e caxarari — todos cercados por fazendas e ameaçados por grileiros.

Pichuvi Cinta-Larga diz que na sua área, o Roosevelt, foi dada uma tolerância

de 10 dias, a partir de quarta-feira última, para que os invasores deixassem o local. Há, segundo ele, duas grandes fazendas com pista de pouso, que jogam gado bovino no território indígena e fazem marcações até mesmo no meio das roças.

"Outro dia" — conta Pichuvi — "nós expulsamos 12 homens de lá. Eles falaram que tinham licença do INCRA. Era mentira". Pouca sorte têm os araras (caró) e gaviões do P.I. Igarapé Lourdes, em Jiparaná (a 400 km de Porto Velho), cujas terras foram invadidas por quase 700 pessoas. Negada pela Justiça Federal a manutenção de posse, eles partem agora para a luta armada.

"Eu estive lá três vezes em dois meses. As lideranças me alegaram que vão apenas vender a borracha para depois, com decisão de juiz ou sem decisão, com Funai ou sem Funai, com polícia ou sem polícia, tirarem as famílias. Resta-me oficial novamente à Polícia Federal e à justiça, pedindo a anexação do documento nos autos do processo", adverte o sertanista Apoena Meireles, titular da 8ª Delegacia da Funai.

A reserva Suruí, de onde foram retiradas cerca de 80 famílias, em 1980, voltou a ser invadida adiante da linha 14, a leste de Cacoal, rumo ao Mato Grosso. Segundo o líder Idiaraga, há também picadas próximas à fazenda Catuba. A antropóloga Betty Mindlin constatou que dois dos invasores das terras cintas-largas são José Lucas e Alberto Rodrigues dos Santos, ambos no Roosevelt.

Roubo de madeira

Os macurapes e Saquirapes, do rio Mequém, na região de Pimenta Bueno, já foram cerca de 800 na década de 40. Estão reduzidos agora a menos de 70,

que relutam em manter sua reserva de mogno e cerejeira, depredada pelos fazendeiros Helió Lima, de Uberaba (MG), João Bosco Altoé, de Pimenta Bueno; e o grupo Lavrama do Norte, com matriz em Canoinhas (SC).

— Eles estão perdendo de 20 a 45 caminhões de madeira por dia. Cada caminhão dá um lucro de Cr\$ 3 milhões — denuncia Ernani Segismundo, coordenador em exercício do Regional de Rondônia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Vivendo da exploração da borracha, que vendem a Cr\$ 1 mil 500 aos fazendeiros — que a revendem a Cr\$ 2 mil 900 em Cacoal, a 40 quilômetros de Pimenta Bueno —, esses índios sofreram, em 83, um forte surto de sarampo, que matou 25 deles. Ao JORNAL DO BRASIL, o fazendeiro João Dalto garante que suas terras estão sendo regularizadas pelo Incra de Pimenta Bueno. "Não temos pretensão em terra indígena. Aliás, no ano passado cedemos nosso campo de pouso e a sede da fazenda para a Funai vacinar a todos contra o sarampo", justifica-se, diante da acusação de expandir a propriedade em área macurap. Há menos de um ano na região, a Lavrama é acusada pelo CIMI de ter, além dos seus 250 empregados, uns dez pistoleiros "que vivem atemorizando os índios".

O sertanista Apoena Meireles revela, também, que essa madeira promoveu uma festa com distribuição de bebidas alcóolicas, "certamente para convencê-los a entregar a madeira". "Se a lei fosse cumprida neste país, e tivéssemos uma rigorosa fiscalização do IBDF — salientou —, essa gente não só seria punida, mas obrigada a repôr as espécies nobres de árvores abatidas".